

PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PESQUISA/ INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM DOURADOS (MS): DADOS, ANÁLISES E ENFRENTAMENTOS**

Kálita Noély Gonçalves Dos Santos (kalita.santos071@academico.ufgd.edu.br)

Gabriela Rieveres Borges De Andrade (gabrielaandrade@ufgd.edu.br)

A violência contra a mulher no Brasil é uma grave violação de direitos, sua visibilidade na agenda pública é resultado de lutas de movimentos sociais, feministas e de importantes acordos internacionais (Felgueiras, 2017; Fraccaro, 2018). Tais mobilizações foram fundamentais para a criação de políticas públicas, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2003) e a promulgação da Lei n.º 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, que estabeleceu mecanismos de defesa para vítimas de violência doméstica. Outro marco é a Lei n.º 13.104/2015, onde reconhece o feminicídio como um homicídio qualificado. Juntas, essas iniciativas culminam na Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres (Brasil, 2011), pilar na articulação de ações intersetoriais. Nesse contexto, a pesquisa debruça sobre a Rede de Enfrentamento à Violência em Dourados/MS, buscando compreender os avanços e limitações da política no combate à violência contra a mulher no município, que tem visto um cenário preocupante nas notificações de violência doméstica (Câmara Municipal de Dourados, 2025). A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica narrativa (Lakatos e Marconi, 2021) e observação participante (Minayo, 2010). A discussão foi fundamentada na literatura especializada, artigos científicos, dados oficiais e observação participante em reunião da rede de enfrentamento à violência contra a mulher

de Dourados. Apesar dos avanços, o Brasil enfrenta um cenário alarmante de violência contra a mulher. Dados recentes do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) revelam um aumento em diversas modalidades de violência. A lesão corporal em violência doméstica cresceu 9,8% em 2023, com 258.941 vítimas e registraram aumentos acentuados o stalking (34,5%) e a violência psicológica (33,8%), esta última com 38.507 vítimas, demonstrando que a insegurança afeta as mulheres em todos os âmbitos de suas vidas (FBSP, 2024). Em relação ao feminicídio, os números continuam alarmantes, 63,6% das vítimas eram negras e 64,3% foram mortas em suas residências, com 63% dos agressores sendo seus parceiros íntimos (FBSP, 2024). Esse cenário grave também reflete na proteção das vítimas, evidenciada pela concessão de mais de 540 mil medidas protetivas de urgência no Brasil (FBSP, 2024). No Mato Grosso do Sul, a situação apresenta nuances, embora os registros de ocorrências de violência doméstica tenham diminuído em 2023, as ligações para o número 190 aumentaram em mais de 467 chamadas (FBSP, 2024). Os dados sugerem que a redução de registros de boletins de ocorrência não está, necessariamente, relacionada à diminuição de casos. A investigação busca aprofundar a discussão sobre a proteção social dos direitos das mulheres, especialmente diante do aumento de notificações de violência em Dourados, onde o enfrentamento à violência de gênero se mostra urgente. Dados da delegacia da mulher registraram mais de mil casos de violência em 2025 (DAM, 2025). A relevância do estudo consiste em compreender como as políticas públicas se materializam no nível municipal e quais os desafios a serem superados para garantir a efetiva proteção das mulheres.

Agradecimentos: Expresso meus agradecimentos à UFGD pelo financiamento de um ano de bolsa de iniciação científica, fundamental para a realização deste projeto de pesquisa.

Palavras-chave: violência contra a mulher; política de assistência social; direitos humanos.